

# Rumos da saúde no DF

JORNAL DE BRASÍLIA

Valteno Alves Ribeiro

16 NOV 1988

O esforço de muitos profissionais de Saúde varou mais de duas décadas em permanente formação até sua catálise, quando da 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília em 1986. Firmavam-se, então, definitivamente, os balizamentos para o setor, conseguidos mercê de incansáveis discussões, intermináveis reuniões que tanto podiam se dar nos recintos mais formais e sóbrios como na descontração dos bate-papos de fim de tarde, em torno de uma mesa de bar. Estava permanentemente presente, nestas ocasiões, algo que sempre obedeceu a uma base quase que mística, e que talvez só possa ser explicado pelo espírito generoso dos seus atores: uma incrível devoção pela causa da saúde pública brasileira.

É fácil compreender-se o porquê de tantos cuidados para que as definições da 8ª Conferência chegassem à Constituinte, via meticoloso burilamento dado a elas pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária, sem que perdessem qualquer conteúdo e alcance. Tratava-se de dar proteção a uma espécie de tesouro penosamente amealhado, de propriedade coletiva e a ser serviço exclusivo.

Na Constituinte, foram numerosos aqueles que abraçaram de bom grado teses tão convicтивas e consensuais. E, sobretudo, vários os que passaram a trabalhar para atingir suas formas definitivas. A imagem do senador Almir Gabriel, com sua gravata de nó desajeitado, certamente permanecerá na memória, lutando em defesa das causas que tinham se transformado quase que em sonho e matéria rigorosamente acalentada por tantos. Há que se tributar igual empenho a vários outros constituintes que acompanhavam, atenciosos, o movimento do combativo segmento da saúde, por identidade profissional precedente, ou que a ele se integraram, reconhecendo a exatidão e o enorme alcance de suas propostas. O senador Almir, ele mesmo um ex-servidor do Ministério da Saúde e ótimo sanitarista, já se incorporara à luta há anos e dela

se tornara, muito justamente, um de seus pontos de referência.

O fato é que, vencidas as etapas preliminares que todos acompanharamos com interesse e avidez, chegou a saúde ao texto constitucional com suas bases consagradas e, principalmente, reforçadas as estruturas que assegurarão, no futuro, com certeza, a edificação de um sistema que atenda às necessidades de nossa sociedade e que tenha dinamicidade suficiente para acompanhar suas constantes modificações. É possível, a meu juízo, antever-se um sistema único de saúde contemporâneo, realizável, a curto prazo, para sanar as dificuldades do presente.

Neste momento, como em nenhum outro, têm as secretarias de Saúde um referencial nítido, que não admite a menor dúvida sobre sua legitimidade ou a mais longínqua contestação sobre sua pertinência. Vamos ao sistema único, que ainda não é tarde, mas os problemas se avolumam e ganham contornos de drama que a sociedade repele e denuncia todos os dias.

Mais do que reafirmar a responsabilidade do Estado sobre as ações de saúde e o inquestionável direito que a elas têm os cidadãos, precisamos de um mínimo de organização e talento, agora, para impedir eventuais retrocessos (tão a gosto de espíritos atrasados) na implementação do modelo historicamente desejado, e para assegurar que prosperem os entendimentos que o construam com discernimento, esmero e compromisso social. Precisamos, também, redobrar nossa vigilância para impedir que qualquer dos segmentos representativos da sociedade seja excluído da oportunidade que se oferece, limitando ao máximo a tendência regressiva que se opõem às mudanças preconizadas.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal tem que acompanhar, na linha de frente, as mudanças que ocorrerão (e muitas que já ocorrem) em todo

o País, a partir do detalhamento e aplicação da matéria constitucional vigente. Não só porque identifica exatidão e propriedade na lei, mas porque confia que ela é o caminho que conduz à solução dos graves problemas que temos a enfrentar. A sociedade tem que reconhecer na ação da Secretaria um encaminhamento político e técnico acertado, adequado para a superação dos graves erros acumulados, no passado, e retornar progressivamente a manifestar seu grau de confiabilidade na ação das instituições e dos profissionais que nelas trabalham. Isto representará uma efetiva conquista que, com certeza, reintegrará profissionalmente os profissionais de saúde e devolverá a segurança a que a população tem direito consagrado, por condição humana.

A atual administração da Secretaria de Saúde recebeu, adicionalmente, um instrumento de grande clareza e valia para balizar suas ações, que foi o documento oferecido ao governador Roriz pelo grupo de trabalho da Saúde, no mês passado. Qualquer administrador minimamente identificado com o seu tempo sente-se à vontade para mobilizar-se, por amplo espectro, apoiado por recomendações tão judiciosas e ajuizadas, feitas por quem se engajou na luta de mais de duas décadas, como disse no início. Qualquer iniciativa respeitará os interesses da população do Distrito Federal e as linhas traçadas pelo atual Governo, este um de nossos compromissos fundamentais.

Começamos a remover a mais cruel espinha encravada em nossa garganta: a situação caótica do Pronto-Socorro do Hospital de Base. Caminharemos inspirados na visão global rumo ao sistema único sem perdemos a dimensão do específico, do que nos aflige e constrange.

E muito mais temos a fazer.

□ Valteno Alves Ribeiro é médico e secretário de Saúde do Distrito Federal